

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

2 de Maio de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro*.

Despacho n.º 11 089/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, delego:

No licenciado Teófilo Américo Santiago, director nacional-adjunto da Direcção Central de Combate ao Banditismo;

No licenciado José Alberto Campos Braz, director nacional-adjunto da Direcção Central de Investigação de Tráfico de Estupefacientes;

No licenciado José Maria Moreira da Silva, director nacional-adjunto da Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira;

a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 5) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionalismos legais;
- 6) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 7) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 9) Autorizar deslocações em serviço;
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária, até ao montante de € 150, no máximo mensal de € 500;
- 12) Autorizar despesas de carácter urgente com a aquisição de bens ou serviços, até ao valor de € 300, no máximo mensal de € 1000.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

2 de Maio de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro*.

Despacho n.º 11 090/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Maio de 2006 do director nacional da Polícia Judiciária:

Nuno Paulo Ferreira Vicente, inspector do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária — concedida licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2006. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 5989/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 5 de Maio de 2006:

Manuel Pereira Marques e Maria Lucília Pires Ramos — nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro único de pessoal do INML para exercerem funções na Delegação de Coimbra do INML. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Maria de Lurdes Rodrigues Lopes — nomeada, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro único de pessoal do INML para exercer funções no Gabinete Médico-Legal do Funchal. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Aviso n.º 5990/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Maio de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:

Alfredo José das Mercês Estêvão Faleiro, impressor de artes gráficas do quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio Técnico/ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, tendo exercido funções, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, na categoria de assistente administrativo — nomeado definitivamente na categoria e carreira de assistente administrativo do mesmo quadro de pessoal, com efeitos reportados a 19 de Abril de 2006, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, considerando-se exonerado do lugar de impressor de artes gráficas a partir daquela data. A remuneração corresponde ao escalão 1, índice 199.

9 de Maio de 2006. — A Vice-Presidente, *Maria Catarina Pires Brito da Cruz*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 5991/2006 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pretende recrutar, em regime de requisição ou por transferência, nos termos, respectivamente, dos artigos 27.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, funcionários públicos da administração pública central detentores das seguintes categorias:

Dois técnicos superiores licenciados em Direito para o exercício de funções no Gabinete de Apoio Jurídico, em Lisboa e nas Caldas da Rainha;

Um técnico superior licenciado em Gestão, Economia ou Contabilidade para o exercício de funções na área de gestão e controlo orçamental, no Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, situado em Lisboa;

Um técnico superior licenciado em Gestão de Recursos Humanos, preferencialmente com experiência profissional na área da formação profissional e do Fundo Social Europeu, para o exercício de funções na Direcção Regional de Administração Local, em Lisboa;

Um técnico superior licenciado em Biologia, com experiência profissional adequada ao exercício de funções no laboratório, em Lisboa;

Cinco assistentes administrativos para o exercício de funções nas áreas de pessoal, contabilidade, secretariado, expediente e arquivo, em Lisboa;

Um técnico profissional para o exercício de funções de atendimento geral, na área do ambiente e ordenamento do território, em Lisboa.

2 — As condições de trabalho e regalias sociais serão as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Os eventuais interessados deverão, no prazo de 15 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, formalizar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, acompanhado de *curriculum vitae*, a ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente ou remetido pelo correio para a Rua da Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa.

No requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Situação profissional, com indicação da carreira e categoria detida, serviço e quadro de pessoal a que pertence, bem como natureza do vínculo;

- d) Experiência profissional, com indicação das funções consideradas mais relevantes para o exercício do lugar.

4 — A selecção ficará dependente de entrevista a realizar com os candidatos, que serão oportunamente contactados, para o efeito, por via postal ou telefónica.

4 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *José António Moura de Campos*.

Despacho (extracto) n.º 11 091/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Abril de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria de Lurdes Rego Simões Azevedo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico, com afectação ao GAT de Tomar, da área de actuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — autorizada licença sem vencimento por um ano, com início a 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

21 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 5992/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Abril de 2006 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional:

Maria Hermínia Cabral de Oliveira, técnica superior principal do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — autorizada a prorrogação da licença sem vencimento por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho (extracto) n.º 11 092/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 18 de Abril de 2006, foi autorizado o regresso à actividade de serviço do técnico profissional especialista principal, da carreira de desenhador, do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, desta Direcção-Geral, Paulo Nuno Ribeiro da Fonseca Silva, que se encontrava na situação de licença sem vencimento de longa duração, a partir do próximo dia 1 de Junho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços, *Teresa Moreira de Melo*.

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 11 093/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do presidente do Instituto do Ambiente:

Paulina Dália Verde Martins, assessora principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pelo Instituto do Ambiente — autorizada licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e do artigo 73.º da Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 11 094/2006 (2.ª série). — Por despachos de 20 e de 29 de Abril de 2005 do director-geral dos Assuntos Comunitários e do presidente do Instituto Geográfico Português, I. P., respectivamente:

Maria da Piedade Escudeiro Dias, técnica superior de 2.ª classe de BD do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal

do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

28 de Abril de 2006. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Aviso n.º 5993/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo de 26 de Abril de 2006, foi nomeada a engenheira Estela Anjos Franco Santos, assessora da carreira de engenheiro civil do quadro da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa (DGHL), do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), para, em regime de substituição e enquanto decorre o processo de reorganização do IGAPHE, exercer o cargo de chefe da Divisão de Obras da DGHL, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, por possuir experiência profissional na área funcional da unidade orgânica, detendo, portanto, a competência técnica e aptidão consideradas adequadas para o exercício de funções dirigentes, conforme resulta da nota curricular anexa.

A nomeada fica autorizada para, em acumulação com o exercício do cargo, continuar a integrar as comissões técnicas especializadas do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) CCEOPP e CIFE e o grupo de trabalho criado no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana dos Bairros Crítico, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2006. (Não carece de visto.)

3 de Maio de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *Ricardo Bexiga*.

Nota curricular

1 — Licenciada em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, em 1991.

2 — Assessora da carreira de engenheiro civil do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa, do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), desde 4 de Setembro de 2003.

3 — Técnica superior na Câmara Municipal de Loures, no Departamento de Obras Municipais, e na Junta Autónoma das Estradas, na Direcção de Serviços de Conservação (1992-1993).

4 — Técnica superior da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa, do IGAPHE, desde 1 de Julho de 1993, da Divisão de Obras, tendo desenvolvido trabalhos na área das empreitadas de obras públicas, nomeadamente a preparação de processos de concurso para adjudicação de empreitadas, a integração de comissões de abertura em actos públicos de concursos e de comissões de apreciação de propostas, a chefia de equipas de fiscalização de empreitadas e a participação em comissões de vistoria, para efeitos de recepção provisória, de libertação da caução e de recepção definitiva das empreitadas.

5 — Técnica superior na Direcção-Geral dos Impostos, do Ministério das Finanças, na Direcção de Serviços de Instalações, em regime de requisição, tendo participado em diversos trabalhos no âmbito da conservação de instalações e de estudos para a ocupação de edifícios (2004).

6 — Técnica superior na Direcção de Gestão de Solos do Instituto Nacional de Habitação (INH), em regime de requisição, tendo participado em diversos trabalhos no âmbito de execução de infra-estruturas (2004-2006). Representante efectiva do INH na comissão técnica especializada CCEOPP do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).

7 — Membro do grupo de trabalho para a iniciativa bairros críticos, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 11 095/2006 (2.ª série):

Lourdes Hill Giménez, nomeada para exercer as funções de adjunta pelo meu despacho n.º 1720/2006, publicado no *Diário da República*,